

GÊNERO EM PERSPECTIVA*

ADRIANA PISCITELLI**

Escolhi iniciar este texto centrando-me no lugar que o gênero tem ocupado nas minhas pesquisas, sobretudo porque essa reflexão contribui para explicitar minhas inquietações atuais em relação aos estudos de gênero.

O gênero é hoje uma categoria fundamental no meu trabalho. Entretanto, não foi sempre assim. Chegou a ocupar esse lugar através de um percurso norteado por inquietações feministas, mas ancorado em perspectivas antropológicas. Nesse percurso, os estudos feministas foram marcantes para mim, em diversos momentos e por diferentes motivos. Porém, durante muito tempo, esses estudos e os referenciais teóricos da antropologia com os que trabalhei pouco se intersectaram. Essa imbricação só se realizou a partir da influência das perspectivas desconstrutivistas nos estudos feministas e na antropologia. Explicar o lugar que a categoria gênero assume atualmente nas minhas pesquisas atuais exige traçar minimamente esse caminho.

* Recebido para publicação em outubro de 1998.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, da UNICAMP.

Linhas paralelas

Desde os primeiros cursos de graduação, tive interesse pelas leituras que colaborassem na problematização da diferença sexual e, no clima perverso imperante no curso de antropologia da Universidade de Buenos Aires pós-golpe militar, alimentei como pude esse interesse. A idéia de atributos culturais variáveis associados a cada sexo estava presente nas leituras daquele momento. Entretanto, essas leituras foram pouco úteis para acalmar as inquietações suscitadas pelo meu primeiro trabalho de campo. Na aflição por responder questões suscitadas por um tema até clássico – representações e práticas associadas à maternidade – na antropologia, descobri os trabalhos de feministas/ antropólogas.¹

No início da década de 1980, esses escritos estimularam-me a pensar questões concretas de poder entre homens e mulheres e, além disso, abriram-me um mundo novo. Meu percurso foi diferente do seguido por muitas mulheres que se aproximaram das autoras feministas a partir da prática política. Ao contrário, as discussões acadêmicas sobre o patriarcado, a universalidade da subordinação feminina e a associação das mulheres à natureza e dos homens à cultura aproximaram-me da militância que começava a reorganizar-se na Argentina, no início da redemocratização. Através do feminismo tive acesso simultaneamente à fascinante descoberta, nos grupos de autoconsciência, da força que as experiências (femininas) compartilhadas podiam adquirir e, nos grupos de estudo sobre mulher e teorias feministas, às primeiras experiências interdisciplinares.

Depois de debruçar-me sobre o recorte “mulheres” em mais uma pesquisa, sobre adictas às drogas, do mesmo modo que outras antropólogas, após o entusiasmo inicial, senti desconforto ante muitos dos argumentos feministas daquele momento. Porém, embora hoje a tendência a subestimar os estudos sobre mulher e o feminismo identitário “daquela época” seja generalizada, percebo, olhando para trás, muitos pontos em comum no espírito imperante nesses estudos feministas e no que atravessa a produção de aproximações que atualmente fazem sucesso entre jovens pesquisadores/as. Refiro-me à influência de preocupações políticas específicas ao interrogar os marcos teóricos estabelecidos e aos (efervescentes) efeitos intelectuais provocados por esses questionamentos. Devo a essas discussões um trânsito cheio de inquietações, uma espécie de

¹ Nessa época li trabalhos das diversas autoras, Sherry Ortner, Michelle Rosaldo, Olivia Harris, Kate Young e Gayle Rubin, publicados basicamente em duas coletâneas: HARRIS e YOUNG. *Antropologia e Feminismo*. Barcelona, Anagrama, 1979 e REITER, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975.

vaivém, que se repetiu muitas vezes, entre perspectivas antropológicas e problemáticas externas a ela.

Após re-introduzir-me na academia, já no Brasil, os estudos feministas foram significativos em dois momentos diferentes. No primeiro deles, entrei em contato com uma extensa bibliografia sobre desenvolvimento. Passei alguns meses estudando *Gender and Development* na universidade de Sussex, interrompendo a pesquisa sobre amor e estratégias matrimoniais, em famílias de camadas médias do Sul de Minas Gerais, que estava realizando para minha dissertação de mestrado. Esses estudos não me levaram a incorporar autoras acadêmicas.² Entretanto, além de descobrir, graças a Kate Young, belos trabalhos de escritoras feministas³, a explosiva convivência cotidiana com mulheres de diversos continentes, cores, idades, opções sexuais e estratos sociais marcou mais tarde meus interesses teóricos e abordagens de pesquisa. Fazendo-me sentir literalmente na pele os problemas do multiculturalismo e ensinando-me o significado racial de ser *Third World* na Europa, essa experiência, na qual as diferenças (entre culturas, claro, mas, sobretudo entre mulheres/feministas/dos países do Sul) adquiriram uma dimensão que nunca antes tinha sentido, provocou fissuras em muitas das minhas certezas.

Regressei ao Brasil com uma perspectiva infinitamente mais crítica. A experiência que acabava de atravessar tornava gritante a inadequação da produção sobre mulheres e desenvolvimento. Essa literatura (*Women in Development – WID*) tem sido muito criticada por acreditar na necessidade de modernização global, na superioridade dos valores e sistemas ocidentais e por ignorar o conhecimento nativo.⁴ Meus questionamentos, viscerais naquele momento, iam mais longe. Eles referiam-se também à impossibilidade dessas abordagens permitirem contemplar as desigualdades entre as que, como eu, estávamos nas margens.

Durante um breve período, concluindo minha dissertação, refugiada no marco teórico de Bourdieu e num universo de pesquisa no qual as

² Refiro-me a acadêmicas feministas. Em termos teóricos, no final da década de 80, Giddens, em cujo livro *The Constitution of Society*, Polity Press, 1984, li então as primeiras formulações sobre *agency*, fazia um enorme sucesso na Universidade de Sussex, chamando-me poderosamente a atenção sobre o quase total desconhecimento de Bourdieu.

³ Entre eles o fascinante mundo de *Winter* de Ursula LeGuinn que durante muito tempo acreditei ter inspirado vários aspectos das análises de Strathern sobre os habitantes da Melanésia, aliás, até ela negar. LE GUINN, Ursula. *The Left Hand of Darkness*. Londres, Futura, 1988 [1969].

⁴ Vide PARPART, Jane L. Who is the other?: A Postmodern Feminist Critique of Women and Development Theory and Practice. *Development and Change*, vol. 24. Citado em OKEKE, Philomina. Postmodern Feminism and the Political Economy of Cross-Cultural Scholarship in Sub-Saharan Africa. Conference Paper “Praxis Nexus: Feminist Methodology, Theory, Community”, University of Victoria, B.C., January 1996, p.6.

diferenças adquiriam, em termos analíticos, dimensões relativamente administráveis, deixei essas questões entre parêntesis. Porém, em 1990, quando Hebe Vessuri e Elizabeth Lobo começaram a introduzir, em cursos no Instituto de Geociências e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, trabalhos de feministas desconstrutivistas⁵, eles imediatamente fizeram sentido para mim. Esses trabalhos, considerados “não identitários” por enfatizarem as diferenças entre mulheres, coincidindo nos esforços por formular conceitualizações para descrever as múltiplas configurações de gênero existentes, estimularam a reflexão teórica sobre minhas experiências anteriores.

Um dos aspectos dos trabalhos dessas autoras foi particularmente significativo para mim: a leitura crítica dos pressupostos que embasam a ciência moderna e das formulações homogeneizantes que, reiterando esses pressupostos, perpassam muitos trabalhos feministas. Diversas conceitualizações elaboradas a partir dessa leitura foram importantes para meu trabalho. Algumas, por incitar à reflexão sobre os procedimentos através dos quais o gênero é concebido como fixando identidades.⁶ Outras, por alargar o espectro dos eixos de diferenciação a serem considerados – insistindo na necessidade de desenvolver teorias de gênero que, em condições históricas específicas, sejam simultaneamente teorias da diferença racial.⁷ Entre essas devo destacar, particularmente, perspectivas que, trabalhando a idéia de localização⁸, procuram compreender como o gênero participa das linhas de desigualdade que atravessam as relações transnacionais, no contexto da pós-modernidade.⁹

⁵ Embora não desenvolvendo estritamente a metodologia de Derrida, muitas autoras envolvidas nos debates contemporâneos de gênero consideram trabalhar numa abordagem desconstrutivista, uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e desmontando seus modos de discurso.

⁶ Particularmente, o gênero como *performance* de Butler. BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge, 1990.

⁷ HARAWAY, D. “Gender” for a marxist dictionary. In: *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York, Routledge, 1991.

⁸ Essas perspectivas estabelecem relações com as idéias presentes na formulação de “conhecimentos situados” de Haraway, op. cit. Vide MOHANTY, Chandra, RUSSO, Ann e TORRES, Lourdes. (eds.) *Third World Women and the Politics of Feminism*. Indiana University Press, 1991; ALEXANDER, Jacqui e MOHANTY, Chandra Talpade. (eds.) *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. Routledge, 1997; GREWAL, Inderpal e KAPLAN, Caren. (eds.) *Scattered Hegemonies. Postmodernity and Transnational Feminist Practices*. University of Minnesota Press, 1994.

⁹ Prestando atenção à distribuição complexa de espaços hegemônicos de produção de conhecimento, tanto nos países do Norte como nos do Sul – *scattered hegemonies* – essas perspectivas questionam a imposição de categorias de análises que apagam as diferenças entre culturas e países – certas versões de “raça”, por exemplo. GREWAL, Inderpal e KAPLAN, Caren. (eds.) Op. cit.

É claro que algumas autoras foram mais importantes, para mim, que outras, particularmente aquelas dedicadas às discussões epistemológicas. Mas, em termos da discussão interdisciplinar sobre gênero, as questões discutidas foram, sem dúvida, mais marcantes que autoras específicas.

Que conexão estabeleço entre as contribuições dos trabalhos das feministas desconstrutivistas e meu trabalho com gênero numa perspectiva antropológica?

Em função de minhas preocupações, pode-se dizer que, de alguma maneira, sempre concedi, nas minhas pesquisas, importância aos atributos associados a masculinidade e feminilidade – e a antropologia, inclusive nas suas versões mais clássicas oferece ferramentas para isso. Embora a produção feminista, durante o auge dos estudos sobre a mulher, suscitaram-me questões, não posso dizer que conceitos centrais dos estudos feministas, tais como patriarcado ou a categoria mulher, adquirindo valor explicativo a partir da idéia de opressão¹⁰, fossem fundamentais no meu trabalho. Precisei de tempo e leituras até compreender teoricamente os incômodos que os trabalhos de feministas/antropólogas provocavam-me, percebendo que eles se relacionavam com a inserção direta de pressupostos feministas, datados e localizados, nas análises antropológicas. Refiro-me tanto ao obscurecimento das categorias nativas que resultam da análise de outras culturas a partir de idéias embasadas por pressupostos (individualistas) da cultura “ocidental” como à tendência a recortar a realidade, como se fosse possível dividi-la em dois, cabendo supostamente uma metade às mulheres, e como se fosse legítimo estudar apenas essa parcela.¹¹

Minha saída era driblar essas angústias utilizando conceitos oferecidos por referenciais teóricos “não feministas” que, incorporando a dimensão política na análise da produção e reprodução social, permitiam-me pensar no simbolismo associado à diferença sexual. Depositava esperanças de inovação nos temas pesquisados. Nesse sentido, o marco teórico de Bourdieu ofereceu-me algumas possibilidades. Na perspectiva desse autor, a diferença sexual, socialmente construída, um princípio fundamental da divisão do mundo social e simbólico, é considerada como dimensão constitutiva do *habitus* e da dominação simbólica (universal para o autor), cujas expressões perpassam um universo compartilhado por

¹⁰ Para uma boa revisão dos conceitos centrais da teoria feminista, vide: GRANT, Judith. *Fundamental Feminism*. Routledge, 1993.

¹¹ STRATHERN, Marilyn. Self-interest and the social good: some implications of Hagen Gender Imagery. In: ORTNER, Sherry and WHITEHEAD, Harriet (eds.) *Sexual Meanings. The Cultural construction of Gender and Sexuality*. Cambridge University Press; KOFES, Suely. *Categorias analítica e empírica, gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. Cadernos Pagu (1)*, Campinas, UNICAMP, 1993.

dominantes e dominados.¹² Essa perspectiva, que exige estabelecer permanentemente relações entre símbolos associados à feminilidade e a masculinidade, permitia-me pensar, partindo do recorte mulheres, numa realidade “não recortada”, isto é, numa realidade na qual concepções de masculinidade e feminilidade são inseparáveis.

Inquietações feministas e referenciais teóricos deixaram de operar como questões paralelas, quando deparei-me com conceitualizações de gênero formuladas a partir de um confronto extremamente crítico e de mão dupla: entre as questões mais instigantes das perspectivas feministas e noções e princípios estruturantes da antropologia. Nesse sentido, as formulações de Strathern, nas quais o gênero opera como um vértice a partir do qual umas e outras premissas são colocadas em perspectiva, têm sido fundamentais para mim nos últimos anos.

As inquietações feministas são a **inspiração** das reflexões teóricas dessa autora, reflexões que partem do gênero. Entretanto, ao pensar o gênero como (simples) diferenciação entre categorias¹³ (que faz parte do social), a autora retira dele o peso das conotações feministas, problemáticas numa perspectiva antropológica. Assim formulado, o gênero não parcializa o conhecimento nem violenta categorias nativas. Mas o procedimento de “despir” o gênero envolve, **simultaneamente**, um conjunto de questionamentos fundamentais às perspectivas antropológicas – à universalidade da aplicação de conceitos que a autora considera reflexos das metáforas centrais ocidentais, tais como a idéia de sociedade (em relação hierárquica com o indivíduo), cultura (como artifício construído sobre a natureza) e ao próprio método comparativo.

O gênero não é um conceito central na perspectiva de Strathern, assim como não o é na de Bourdieu. Mas, diferentemente da abordagem de Bourdieu, a análise realizada por Strathern, enfrenta a partir dessa categoria as conotações “ocidentais”: aquelas presentes nos trabalhos feministas e as que embasam as análises antropológicas. A partir desse enfrentamento, a autora contesta a divisão dual entre imagens masculinas

¹² BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Les Éditions de Minuit, 1980, pp.130-133. Para uma síntese de algumas críticas feministas a esse autor, vide ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. Pierre Bourdieu e o gênero: possibilidades e críticas. *Série Estudos 94*, IUPERJ, 1997; e MACCALL, Leslie. Does gender fit? Bourdieu, Feminism and Conceptions of Social Order. *Theory & Society*, vol. 21, n° 6, dezembro, pp.837-868, citado em ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. Op. cit.

¹³ Vide STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift*. University of California Press, 1988, p.ix. Esse livro ainda não foi traduzido para o português. Há alguns artigos dessa autora publicados no Brasil: Necessidade de pais, necessidade de mães. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 3, n° 2, 1995; Entre uma melanesianista e uma feminista. *Cadernos Pagu* (8/9) – *Gênero, narrativas, memória* –, Campinas, UNICAMP, 1997; Novas formas econômicas: um relato das Terras Altas da Papua – Nova Guiné. *Mana* 4(1), abril de 1998; sobre sua conceitualização de gênero, vide KOFES, S. Op. cit.

e femininas; a **universalização** da concepção da vida coletiva dos homens como expressão de uma socialidade hierarquicamente superior à socialidade doméstica e das metáforas de propriedade presentes na idéia de dominação baseada na hierarquia e concebida como controle.

Esses questionamentos têm como conseqüência sensíveis diferenças analíticas. E acho que vale a pena insistir nisso porque é preocupante a crescente utilização de “definições” de gênero, dessa e outras autoras, como se fosse possível lê-las (e aplicá-las à maneira de receitas), sem levar em conta as questões teóricas às quais elas remetem e o contexto das discussões nas quais foram elaboradas. Do meu ponto de vista, o gênero, assim pensado, incide em novas leituras do social e, ao não estar aprisionado nas relações entre homens e mulheres, implode os recortes empíricos nos quais era “procurado”. Mas, o trabalho de Strathern deixa um desafio em aberto: como associar as conceitualizações de uma autora que trabalhou centrando-se nas práticas de conhecimento melanésias, e para a qual o contexto é fundamental, com a preocupação pelo leque de diferenciações com as quais o gênero interage em outros contextos, particularmente, naqueles nos quais, à diferença da Melanésia analisada, deveria imperar a lógica da mercadoria?

Embora possa parecer paradoxal tratando-se de uma autora que questiona rigorosamente universalizações, considero que o gênero, assim pensado, torna-se uma porta de entrada que pode ser privilegiada para a análise em qualquer contexto, permitindo compreender o leque de diferenciações presentes.¹⁴ Acho que a **perspectiva** obtida, pensando-a como diferenciação entre categorias, neutraliza impulsos imperialistas da disciplina e do próprio feminismo.

O trabalho com a categoria gênero foi tornando-se fundamental nas minhas pesquisas através dessas formulações que possibilitaram intersecar analiticamente minhas inquietações, pensando, no trabalho de doutoramento que estou concluindo, como ele atravessa concepções sobre parentesco e noções de pessoa em histórias sobre grupos empresariais ou, no que estou preparando-me para desenvolver, como participa de idéias sobre sexualidades, no contexto do turismo sexual. É claro que esse caminho adquire sentido em função de minha inserção disciplinar. Parece-me que algumas formulações recentes desenvolvidas por autoras trabalhando a partir de outros horizontes são igualmente instigantes. Mas

¹⁴ Diversos autores procuram enfrentar esse desafio. Vide ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, 1995; CORNWALL, Andrea e LINDISFARNE, Nancy. *Dislocating Masculinity. Comparative Ethnographies*; RAMOS, Juliana. *Trabalho Feminino e gênero na produção de uva em Petrolina*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UNICAMP, 1998.

parte substancial da riqueza dos melhores trabalhos sobre gênero que conheço está associada ao estímulo provocado, transversalmente, pelos questionamentos políticos feministas. Nesse sentido, o distanciamento progressivo entre os estudos feministas e os estudos de gênero coloca uma série de interrogações sobre o caminho que seguem essas discussões.

expectativas...

Pensar no futuro dos estudos de gênero no Brasil exige, claro, pensar na situação atual e essa é, do meu ponto de vista, preocupante. No âmbito dos estudos feministas há uma proliferação de questionamentos à categoria gênero e, simultaneamente, uma procura de outros instrumentos conceituais. Longe de afligir-me, isso parece-me instigante. O que me inquieta é uma conjunção particular na qual os estudos de gênero – que não considero sinônimo de estudos feministas, mas sim, tomando emprestadas palavras de Mariza Corrêa, tributários deles¹⁵ – são pressionados e, no meu entendimento, empobrecidos, tanto por fatores externos como por outros que surgiram internamente.

Esses estudos, após terem obtido uma certa legitimidade no âmbito acadêmico, expressando-se na multiplicação evidente de boas dissertações e teses, parecem começar a ser relegados. Pouco mencionados em seminários recentes aos que assisti – sobre temas importantes para as atuais correntes feministas, pós-colonialismo, por exemplo –, eles estiveram quase ausentes na última ANPOCS – e não apenas pela ausência de um grupo de trabalho ou mesa redonda específicos. Paralelamente, percebo uma ampliação dos efeitos perversos de sua difusão. Refiro-me, por um lado, a um esvaziamento específico da categoria gênero, e, por outro, à explosão dos estudos sobre masculinidade.

No âmbito dos estudos de gênero há, na atualidade, diversas maneiras de pensar nele.¹⁶ Porém, diversas pesquisas realizadas no PAGU permitiram-me perceber que o termo gênero, circulando através de organizações não governamentais e governamentais, agrupações feministas e não feministas, universidades e centros de pesquisa e penetrando, através da pressão exercida por agências de financiamento internacionais, espaços difíceis de imaginar uns anos atrás, tende a ser associado, predominantemente, a questões reprodutivas. Isso sim, trata-se de uma preocupação que incorpora, agora, os homens.

¹⁵ CORRÊA, Mariza. Bahia, Bombaim, Los Angeles & o cruzamento das fronteiras. Texto apresentado na Mesa-Redonda "Raça e Gênero", V Congresso Afro-Brasileiro, Salvador-Bahia, 1997.

¹⁶ Para uma relação recente da diversidade de significados outorgados ao gênero, vide HAWKESWORTH, Mary. Confounding Gender. *Signs*, vol. 22, n° 3, Spring 1997, pp.649-687.

Obviamente, reprodução, contracepção e aborto podem e devem ser pensadas numa perspectiva de gênero. Mas não se trata disso. Estou chamando a atenção para a difusão crescente de uma perspectiva que, apropriando-se de elaborações conceituais nas quais o gênero, como maneira de criar e expressar diferenças, atravessa **todo** o social, o reduz a esses aspectos, esvaziando-o assim, de seus significados. O inquietante é que essa perspectiva, sustentada desde espaços com amplo controle de recursos, tem efeitos crescentes no estabelecimento de uma concepção hegemônica com perigosas conseqüências na produção/difusão dos estudos de gênero.

Por outra parte, no seio dos estudos de gênero amplia-se o interesse por uma “temática”, os estudos de masculinidades, que me parece problemática em outro sentido. Os autores que desenvolveram as melhores versões dos estudos de masculinidade marcam a distância entre esses trabalhos, inseridos nos estudos de gênero e os *men’s studies*, considerados, esses sim, essencialistas e parciais.

De fato, os estudos sobre masculinidade desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 1980 desenvolveram uma questão relevante, levantada em vários espaços da discussão sobre gênero, inclusive no debate especificamente feminista¹⁷: a importância de perceber a diversidade de vozes masculinas.¹⁸ Connell, um dos pioneiros nessa tentativa, procurou desenvolver um modelo conceitual que, dando ênfase ao caráter político das relações de gênero, oferece ferramentas analíticas para expressar essa diversidade.¹⁹ Discutindo as masculinidades no marco de uma sociologia política dos homens nas relações de gênero, Connell considerava, no início da década de 90, os lugares e as práticas dos homens nas relações de gênero como objeto dessa sociologia. As revisões dos estudos antropológicos sobre masculinidades mostram também a tendência a identificar masculinidade com homens: com qualquer coisa

¹⁷ Na segunda metade da década de 1980, Yanagisako e Collier já questionavam, no seio desse debate, as formulações de gênero que consideravam os homens, assim como as mulheres, como categorias homogêneas e opostas, inclusive nos grupos tribais. YANAGISAKO, Sylvia e COLLIER, Jane. *Toward a Unified Analysis of Gender and Kinship*. In: YANAGISAKO, Sylvia e COLLIER, Jane. *Gender and Kinship. Essays toward a Unified Analysis*. Stanford University Press, 1987, p.26.

¹⁸ ALMEIDA, Miguel Vale de. Op. cit.

¹⁹ CONNELL, R.W. *Masculinities*. *Theory and Society*, vol. 22(5), October, 1993, pp.595-625.

que os homens pensem e façam; qualquer coisa que pensem e façam para serem homens ou com qualquer coisa que as mulheres não sejam.²⁰

Estudar masculinidades centrando-se na sua associação aos homens coloca limitações para as análises numa perspectiva de gênero.²¹ Mas não se trata apenas disso. As análises concretas realizadas seguindo a perspectiva de Connell, isto é, pensando nas relações entre masculinidades, hegemônica e subalternas, mostram nuances no que se refere às masculinidades. Porém, eles evidenciam, ao mesmo tempo, a inexistência de uma complexificação equivalente no que se refere às feminilidades. E aqui entra em jogo o que considero “perverso”. Sabendo dos riscos que uma ênfase em “feminilidades” apresenta em termos de uma perspectiva relacional, riscos exaustivamente debatidos nas discussões feministas, não posso deixar de considerar as “ciências da masculinidade”²² como um retrocesso.

É claro que, considerando que os estudos de gênero devem muito de seu desenvolvimento ao impulso transversal das inquietações feministas, pensar politicamente o estímulo associado à explosão dos estudos sobre masculinidade é altamente sugestivo. Acredito, entretanto, que essa reflexão interesse apenas a uma parcela dos/as acadêmicos/as envolvidos/as com os estudos de gênero, àqueles/as preocupados pela dimensão política que eles apresentam. Mas o alcance das contribuições teórico-analíticas possíveis das novas abordagens deveria interessar a todos/as.

Nesse sentido, numa leitura de gênero, o importante é procurar explorar as complexidades tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos do social.²³ Após as densas discussões em torno do gênero terem aberto penosamente os caminhos para pensar na interação entre a multiplicidade de categorias de diferenciação, na relação entre essas categorias e diversas conceitualizações de masculinidade e

²⁰ GUTMAN, Matthew C. Trafficking in men: the anthropology of masculinity. *Annual Review of Anthropology* 26, 1997, pp.385-409. Agradeço a Marta Célia Ramirez e Iara Beleli terem chamado minha atenção sobre este texto.

²¹ Acho que a reformulação, um par de anos depois, que Connell faz de seu objeto de estudo expressa essa percepção. Nesse momento o autor pensa as masculinidades como um lugar nas relações de gênero, as práticas através das quais homens e mulheres se engajam nessas práticas e seus efeitos na experiência corporal, personalidade e cultura. CONNELL, R.W. *Masculinities*. University of California Press, 1995.

²² CONNELL, R.W. Op.cit., 1995, p.7.

²³ As palavras são de Almeida, mas a referência última delas é Marilyn Strathern. ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder. *Anuário Antropológico* 95, 1996, p.185.

Adriana Piscitelli

feminilidade, inclusive em espaços que tendiam a ser considerados, até pouco tempo atrás, como homogêneos, que sentido faz a “nova” ênfase num dos lados das categorias (de gênero) que, **mais uma vez**, limita os aportes possíveis?